

1. A construção da identidade como processo histórico

“A identidade é fruto de uma construção social, interiorizada e vivida pela maioria da população, construção essa que tem adquirido diferentes matizes ao longo da história, segundo o modelo de organização social vigente e das características consideradas necessárias para proporcionar funcionalidade ao sistema” (CHARLES, 1991)

“Os diversos rumos que tem tomado a identidade da mulher através da história e que têm determinado suas formas culturais específicas não são específicos ou casuais, mas respondem aos requerimentos de um sistema social que os cria, recria e dá forma, na vida cotidiana” (Charles, 1991)

Nestas imagens se colocam as expectativas sociais do comportamento dos diferentes agentes que delas participam estabelecendo especificidades por sexo, idade, função social e grupo ou classe de pertencimento. Dessa maneira coexistem diversas propostas institucionais destinadas à construção social da mulher, que variam dependendo se é adulta, jovem ou madura; se é mãe, trabalhadora, ou dona de casa; esposa, amante ou solteira; se pertence a uma ou outra classe social, etc. Disso convivem diversas propostas na arena social sobre o que significa ser mulher, propostas essas que servem como elementos coletivos de identificação, de pertencimento, de reconhecimento, de ação já que pelas características que têm, se estabelecem os parâmetros, as regras do jogo e possibilidades de atuação coletiva.

Através dessa proposta - que não só se movem como proposições senão que também se estabelecem através de um sistema de prêmios e sanções - vai se formando a cultura feminina, cultura essa que espelha a visão de mundo, os valores, as atitudes, as condutas e as práticas sociais que permitem à mulher relacionar-se consigo

¹ *Texto-base da Oficina de Trabalho de mesmo nome. Texto didático. Proibida a reprodução.*

mesma, com os demais e com a sociedade em geral, para dar certa coerência e significado à sua existência. Isto implica tanto na forma como a mulher vive a sua vida e no estabelecimento das diversas funções que realiza, como na multiplicidade de práticas cotidianas que leva a cabo, incluindo aí seus sonhos e utopias.

Nessa conformação da cultura feminina - que contém elementos que são fundamentais para a construção da identidade de gênero - têm um papel fundamental as diversas instituições sociais com as quais as mulheres se relacionam. De uma maneira geral, no percurso histórico da humanidade, essa identidade se constrói numa relação de subalternidade ao gênero masculino.

2. MULHERES e HOMENS: a saga histórica

Ao que indicam os estudos sociológicos e antropológicos, foi na sociedade de caça aos grandes animais que se iniciou a supremacia masculina. Nas culturas de coleta e de caça de pequenos animais, e mesmo nas primeiras sociedades agrícolas, os grupos humanos eram matrifocais e matrilineares, especialmente porque era desconhecida a função reprodutiva do homem e, portanto, a paternidade. (MURARO, 1992)

"A mais simples forma de organização familiar foi a da mulher com seus filhos vivendo juntos no clã (...). Conhecendo-se a mãe e não o pai, a herança era traçada pela linha materna (...) elevando a importância da mãe no lar e na sociedade." (LEITE, 1994).

No matricentrismo, provavelmente, a ordem social era fluida e permissiva. As crianças ficavam com as mulheres, já que estas eram mais permanentes que os homens nos agrupamentos humanos. Em geral, parece não ter havido chefes ou líderes, mas rodízio de poder. Apesar disso, a divisão sexual do trabalho variava de um tipo de sociedade para outro, sendo às vezes permissiva e em outras muito rígida. A transformação teria se dado quando da descoberta da função reprodutiva do homem e da criação de condições para o surgimento da propriedade privada, pela produção do excedente, apropriado pelos detentores dos meios de produção. Não se sabe com

² Professora Titular do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da USP

exatidão a época histórica em que isto possa ter ocorrido, mas estima-se que na era neolítica, há cerca de oito a dez milhões de anos. (MURARO, 1989)

Segundo o historiador e mitólogo americano Joseph Campbell, a própria história dos mitos permite retratar os caminhos da espécie humana. Os mitos da criação do mundo podem ser divididos em quatro grandes grupos que correspondem às etapas cronológicas da história da humanidade, que se sucedem, testemunhando a transição da sociedade matricêntrica para a patriarcal. (CAMPBELL apud MURARO, 1992)

Na primeira etapa o mundo e tudo o que nele existe é criado por uma Grande Mãe, por uma Grande Deusa. Na mitologia grega, esta grande mãe é representada por Gea, a Mãe Terra da qual nascem todos os protodeuses e protodeusas, entre as quais Réa que vem a ser a mãe de Zeus, o deus supremo do Olimpo. No segundo caso, a Deusa é associada a um consorte, como acontece na mitologia sumeriana, onde uma Deusa é destronada por um Deus Solar masculino, tornando-se apenas a sua criada. Na terceira etapa o mundo é criado por uma dupla homem-mulher (masculino-feminino) ou por um Deus andrógino como acontece na mitologia chinesa onde o que rege a vida são os princípios Yin e Yang.

Na história do homem sobre a Terra, a partir do segundo milênio, entretanto, em quase todas as mitologias o deus supremo é masculino e cria o mundo sozinho. O exemplo mais próximo da nossa civilização é o da mitologia judaico-cristã representado por Javé, o Deus todo poderoso, onipotente e onipresente que controla todos os aspectos da vida humana. Outra característica importante deste deus é ser único e deter sozinho todo o poder. Conforme LEITE (1994), quando a fé do homem migrou do politeísmo para o monoteísmo, houve um banimento das deusas, admitindo-se para as mulheres sagradas a partir daí, o papel - ainda importante mas ainda acessório e secundário - de gerar deuses, estabelecendo no máximo uma ligação entre a criatura e o seu criador. Este é o grande mito que sustenta a ideologia de submissão da mulher até nossos dias.

Ocorre que o crescimento da propriedade privada e transmissível, sob a forma de produtos da terra, trouxe consigo também a subordinação sexual da mulher, pois o marido exigia agora a exclusividade dela para ser o destino do fruto do seu trabalho. A

partir daí, estava encerrado o período histórico em que a mulher respondia pela unidade familiar, pela organização da sociedade e pela herança dos bens. (LEITE, 1994)

A caça pode ter influenciado grandemente a mudança no status das mulheres na maior parte das sociedades primitivas, mudando também a relação da humanidade com a natureza e com os outros animais. Nessa leitura, tais relações transformaram-se de pacíficas e cooperativas para violentas e competitivas. (MURARO, 1992)

É provável que a dominação masculina tenha tido uma origem lenta e gradual e tenha transformado as relações entre homens e mulheres à medida em que a divisão sexual do trabalho os separava cada vez mais.

A descoberta da paternidade levou também à necessidade do controle da sexualidade e, portanto, ao estabelecimento de uma efetiva relação de poder no qual a supremacia masculina passou a se estabelecer, principalmente, através da noção de *moralidade*, que pode ser descrita como o controle social a partir do próprio oprimido através de regras criadas pelos dominantes e que servem para manter os dominados internamente oprimidos, enquanto os dominadores podem romper as regras inventadas por eles próprios, sem qualquer sentimento de culpa. Este é o reverso dos princípios que regulavam o matricentrismo. (MURARO, 1992)

Nos sistemas que se seguiram, tampouco a situação social da mulher mudou. Mesmo no socialismo, concretizado em algumas partes do mundo com a pretensão de ultrapassar as grandes contradições do capitalismo, inerentes à propriedade privada, a subalternidade feminina continuou existindo sob diferentes formas, como por exemplo, a dupla jornada de trabalho aumentada pela militância política o que, na verdade, triplicava o trabalho da mulher. Outras formas de discriminação social foram evidenciadas principalmente nas políticas sociais de controle da reprodução biológica, de trabalho, etc.

Estudando a situação da mulher na Nicarágua pós Revolução, Maxine Molyneaux analisa como o Estado socialista lidou com as questões das mulheres. Conclui que mesmo tendo havido a superação de alguns problemas relacionados à esfera mais geral da produção social, persistiram as causas fundamentais das desigualdades sexuais, reproduzindo-se, no geral, “subordinação mais que união ou articulação de interesses” (MOLINEAUX, 1984)

3. MULHERES, HOMENS E TRABALHO: público ou privado ?

Embora o capitalismo como sistema social tenha surgido no século passado, sua consolidação se deu como sistema social neste século, tendo sido necessárias duas guerras para isto. Para isso, o sistema capitalista imputou às classes trabalhadoras e à mulher, condições de vida controladoras. Inicialmente, domesticou-a e controlou sua sexualidade para que produzisse física e socialmente os filhos necessários à implantação da industrialização. Depois, quando a valorização da quantidade de força de trabalho foi substituída pela qualidade, chamou-a para o mercado de trabalho e reduziu a sua fecundidade, na maior parte das vezes, via espoliação do seu corpo e da sua saúde.

No Terceiro Mundo, este capitalismo tem submetido a maior parte da população a níveis e condições inaceitáveis de vida. À extrema riqueza de alguns, corresponde a extrema pobreza de outros. No quadro brasileiro de colapso da modernização, chama a atenção o fato do capitalismo atual operar muito mais por exclusão que por inclusão dos sujeitos sociais. Os índices de desemprego e subemprego revelam que a maior parte das pessoas encontra-se à margem do mercado de trabalho ou do perfil de consumo compatível com uma qualidade de vida socialmente aceitável. Cada país é dividido em bolsões de riqueza absoluta e miséria absoluta, em substituição à distinção entre países do Primeiro e do Terceiro Mundo. A diferença entre estes "mundos" está no número de pessoas que pertence a cada um deles, em função dos dispositivos sociais e legais de distribuição de renda e de garantia dos direitos sociais consolidados. (CHAUÍ, 1994)

Este processo de exclusão social acaba penalizando mais as mulheres que os homens por conta da inserção diferenciada de ambos no processo de reprodução social, especialmente porque os papéis de ambos variam de acordo com a finalidade do seu trabalho colocando as mulheres predominantemente na esfera privada e os homens na pública.

Para Agnes Heller, os papéis são constructos sociais que permitem aos membros de uma sociedade mecanizar a maior parte das suas ações pela imitação ativa de comportamentos valorizados. "Mesmo a vida social mais elementar seria inimaginável sem imitação. A mímese humana distingue-se daquela animal, já em suas

formas mais primitivas; com efeito, o homem é capaz de imitar não apenas momentos e funções isoladas, mas também inteiros modos de conduta e de ação. Baseia-se igualmente na mímese, a assimilação de papéis, pois sem a imitação ativa da totalidade de um comportamento, não haveria essa assimilação de papéis. Mas, nessa afirmação, deve-se acentuar a idéia de atividade. Pois mesma a imitação humana mais mecânica é assimilação ativa. O homem não pode alienar-se de sua natureza de modo absoluto, nem sequer nesse terreno.” (HELLER, 1992)

Segundo essa autora, “...a imitação manifesta-se sobretudo como imitação dos usos. Em todos os estágios do desenvolvimento social, o homem nasce num mundo já ‘feito’, numa estrutura consuetudinária já ‘feita’. Deve então, assimilar esses usos, do mesmo modo como assimila as experiências do trabalho. Desse modo, toma posse da história humana, ‘ingressa’ na história, e esse é o marco em que o homem consegue se orientar. (...) O caráter estruturado do uso, a presença simultânea de várias reações consuetudinárias (sistema mais complexo quanto mais desenvolvida é a sociedade) é um dos pressupostos de função ‘papel’. A sociedade não poderia funcionar se não contasse com sistemas consuetudinários de certo modo estereotipados.” (HELLER, 1992)

Ainda, “ao se generalizarem os comportamentos do tipo ‘papel’ modificam a função do dever-ser * na vida cotidiana. No dever-ser, revela-se a relação do homem inteiro com seus ‘deveres’, com suas vinculações sejam essas econômicas, políticas, morais ou de outro tipo. (...) a autonomia do homem, sua possibilidade de escolher, sua liberdade no sistema dos casos do dever-ser, revela-se apenas quando tal sistema contém igualmente o dever-ser moral. Se o dever-ser referente ao complexo global do comportamento se torna exclusivo, então chega-se a reprimir ou a abolir o dever-ser moral, dissipando-se também a autonomia, a verdadeira alternativa moral, a liberdade do homem. Mas, em situações sociais não alienadas, ou alienadas apenas parcialmente, o dever-ser referido a inteiros complexos de comportamento, não apenas *não reprime* o dever-ser moral, mas até mesmo o *pressupõe*.” (HELLER, 1992)

* Para essa mesma autora, “o dever-ser descreve sempre, de um modo conceitualmente acessível a relação do homem com sua obrigação. A obrigação manifesta no dever-ser pode ser uma meta do homem, mas não tem necessariamente que sê-lo.” (HELLER, 1992)

Quando se tratam de papéis sociais das mulheres há que se levar em conta duas grandes dimensões da feminilidade quais sejam, a vinculação das mulheres ao trabalho doméstico e a maternidade, tidos como “naturalmente” pertencentes ao mundo feminino.

Com base nas considerações de Heller, as funções das mulheres referentes a tais dimensões assumiriam o estatuto de papéis sociais na medida em que fossem desempenhados de maneira alienante, desvinculados do dever-ser moral. Para as mulheres, esses papéis femininos têm que ser analisados na sua relação com os papéis masculinos, dado a dimensão relacional da categoria gênero.

Numa pesquisa realizada com mulheres enfermeiras (FONSECA, 1996) emergiram representações acerca das relações mulheres-homens e emoção-razão enquanto atributos “caracteristicamente” femininos ou masculinos. As frases-temas depreendidas das falas foram identificadas majoritariamente com uma visão marcadamente idealista de mundo, resquício ainda de visões naturalizadas as características femininas, como por exemplo:

** Existem tarefas e cargos profissionais que a mulher pode tradicionalmente assumir e outros que cabem aos homens.*

** Para ser mulher deve haver uma complementação do ser masculino independente da constituição de uma família;*

** A diferença entre a mulher e o homem é que ele não tem útero*

Da mesma forma evidenciou-se a influência da visão naturalizada de características femininas e masculinas nas relações estabelecidas entre mulheres e homens na sociedade.

** Nas suas ações, a mulher utiliza mais a emoção do que a razão.*

** A emoção sobrepõe a razão é um erro (da mulher) que gera conflitos e restrições na interação pessoal e profissional*

* *A mulher entra em conflito quando não tem uma análise completa da situação por “ser mais emotiva e menos racional”*

Consoante disso, emoção e razão seriam atributos *naturais* de homens e mulheres decorrendo daí suas ações e posicionamentos diante da realidade.

Aderentes à visão realista de mundo puderam ser identificadas poucas falas que mais pontuaram a polaridade entre mulheres e homens que revelaram um aprofundamento crítico no sentido de identificar a determinação social dessa polarização.

* *Existe uma oposição/divisão entre ser homem e ser mulher.*

* *A oposição/divisões homem-mulher vai desde diferente força física até questões de poder que interferem na vida profissional e pessoal.*

Extensamente exploradas nos estudos feministas, as relações sociais estabelecidas entre mulheres e homens, relações de poder, parecem ter sua gênese na constituição das sociedades, tanto quanto na divisão sexual do trabalho. Isso explicaria, entre outras coisas, a *naturalização* do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças (além de gerá-las) como pertencentes ao mundo feminino.

A base de tal pensamento situa-se na visão idealista de família enquanto espaço de ausência de conflitos, tanto quanto na separação das esferas do público e do privado, situando os homens no primeiro e as mulheres no segundo, bem como estabelecendo para eles papéis sociais distintos. Foi no contexto das lutas feministas, principalmente as mais recentes, que emergiram as possibilidades de reflexão sobre a dicotomização entre esses mundos e a necessidade de compreender a sua integração/articulação. Sob a bandeira de que “o pessoal é político”, as feministas têm envidado inúmeros esforços na derrubada do mito da divisão entre o público e o privado e, com isso, tornado suas questões passíveis de serem compreendidas como histórica e socialmente construídas. Se, por um lado, o capitalismo consolidou o trabalho da mulher entre quatro paredes *naturalizando* seus papéis de mãe e dona de casa, por

outro, tem sido esse o modo de produção no contexto do qual, na história, mais se tem lidado com as questões das mulheres, procurando-se sua gênese e possibilidades de superação.

“Já vão longe nossas ilusões a respeito do racionalismo e da objetividade e, junto com elas, foram-se também nossos tão acalentados sonhos de uma família que fosse o refúgio contra a luta e a competição. Em nosso realismo recentemente conquistado, o pessoal é político e, principalmente, a família é política. Fundada na hierarquia e na dominação, que ela tem reproduzido através da história, a família - esse mais íntimo espaço das relações pessoais - requer uma resposta política nessa era tão eminentemente politizada em que vivemos.” (FOX-GENOVESE, 1992)

Segundo Matos, “o processo de construção e de segmentação do público/privado carrega na sua trajetória inter-relações desenvolvidas através de um discurso legitimador que vem atrelado, desde a origem, a um ocultamento de toda uma tensão entre os sexos...” (MATOS, 1994)

Tal discurso, surgido, que legitima a falsa universalidade entre os limites do público e do privado foram definidos e tornaram-se mais precisos na Inglaterra vitoriana do século XIX que representa o lar e a família, em termos naturais e a esfera pública como instância histórica. “Foi, portanto, no contexto de uma herança vitoriana que se construiu o dualismo público/privado, reafirmando o privado como espaço da mulher e representando-a como vítima de sua própria natureza, ao destacar a maternidade como necessidade e o espaço privado como locus de realização das potencialidades femininas” (MATOS, 1994)

4. MULHERES / MÃES: uma questão da família ?

O conteúdo ideológico explicitado anteriormente pode ser detectado claramente nas falas das participantes da mesma pesquisa citada (FONSECA, 1996) quando as participantes referiram-se à construção social da maternidade, identificada com uma perspectiva idealista do submetimento a ela enquanto espaço de realização pessoal máxima, numa visão idealizada do papel de mãe.

- * *A plenitude da mulher é atingida na união/conciliação do ser profissional, ser esposa e ser mulher.*
- * *Assumir o ser profissional não exclui ser mãe e mulher carinhosa*
- * *A mulher cliente/ brasileira desempenha com muito amor o papel de mãe não tendo tempo para conhecer-se e falar de si mesma*

Outra postura mais realista abria um pouco mais tal perspectiva para o reconhecimento dos conflitos que tais papéis encerram:

- * *O papel de mãe é assumido/imposto pela mulher desde que ela é um bebê.*
- * *O aumento da depressão puerperal contradiz o padrão social da “felicidade da maternidade”.*
- * *Assumir os diferentes papéis sociais profissional/docente, mãe, esposa - provoca conflito porém, ser mãe é o principal.*

Num trabalho clássico de análise da maternidade, Badinter desmistifica o papel de mãe atribuindo-lhe a historicidade que lhe é inerente, na visão materialista histórica e dialética de mundo. Segundo essa autora, o amor materno também é construído socialmente como forma de controle e submissão (pacífica) das mulheres às necessidades sociais do trabalho doméstico. (BADINTER, 1984)

É no contexto dos três discursos em defesa da criança formulados para atribuir-lhe valor (imprescindível para que se constituísse como força de trabalho) apontados pela autora que podemos encontrar os fundamentos do trabalho da mulher voltada para a reprodução social no contexto do mundo privado. O discurso econômico enfatizou a importância da população e particularmente da criança como riqueza econômica potencial. Nascido no século XVIII, com o nascimento da noção de Estado, ressurgiu no século XIX e consolidou-se no XX inclusive matizando as políticas públicas de proteção à infância e à maternidade, vigentes até hoje. O discurso filosófico, principalmente da Filosofia das Luzes propagou o desenvolvimento do amor e da sua expressão através

das idéias de igualdade e de felicidade. E, finalmente, o discurso dirigido às mulheres que, sensibilizadas através das idéias de saúde e beleza, harmonia e felicidade, foram sendo construídas como os grandes depositórios da humanidade no que diz respeito à construção dos lares/ filhos/ famílias felizes e saudáveis locus privilegiados de construção dos sujeitos moldados às exigências do sistema social.

A consolidação da família na modernidade ocorreu primeiro na burguesia e depois, através da disseminação das suas idéias e valores nas demais classes sociais. De igual maneira construiu-se o papel social das mulheres e o que se esperava deles: (boas) mães, passaram a dedicar-se inteiramente aos filhos; (fiéis e dedicadas) esposas, responsabilizaram-se pelo cuidado e manutenção da força de trabalho dos maridos e, esquecidas de si mesmas, incorporaram tais funções como naturais e exclusivas, mesmo quando a necessidade de subsistência as resgatou parcialmente dos lares para as fábricas e demais espaços de produção social. Nesse momento construíram-se (boas) trabalhadoras/ profissionais sem abrir mão das funções anteriores, objetivando sempre compatibilizá-las, como se só a elas coubesse a superação das dificuldades e contradições inerentes ao desempenho dessa multiplicidade de papéis.

Isso fica muito claro nas falas das participantes da pesquisa de FONSECA(1996) quando referem-se às funções sociais das mulheres

** A mulher tem que ter força para desempenhar muitos papéis ao mesmo tempo.*

** A mulher tem que/deve ser flexível, aberta, sensível para enfrentar e dividir-se entre a “vida profissional e a vida da mulher”.*

** A plenitude da mulher é atingida na união/conciliação do ser profissional, ser esposa e ser mulher.*

** A trajetória do ser profissional de enfermagem deve se manter interligada com o ser mulher*

Em um trabalho sobre a produção e reprodução social, Combes e Haicault ressaltam a subordinação da reprodução à produção como determinante básico para a subordinação das mulheres aos homens, a partir da divisão sexual do trabalho. Através de uma recuperação histórica, enfatizam a não peculiaridade do modo de produção capitalista na *designação prioritária* dos homens para a produção e das mulheres para a reprodução. No entanto, consideram que foi nesse sistema que isso se consolidou.

A análise minuciosa desse processo e das relações de força ocorridas no âmbito da família e do espaço público, as leva a concluir que “a relação social antagônica entre os sexos exprime-se, indiferentemente, na produção e na reprodução. Ela não está, de modo algum, circunscrita à família; assim como, aliás, a relação social entre o capital e o trabalho não está circunscrita à produção.” Fazem parte da constituição da sociedade e do seu suporte ideológico que ligam a família ao Estado. “A família, tal como a conhecemos e, mais amplamente, o conjunto dos aparelhos atuais da reprodução são também o resultado de uma delegação crescente de poder dos capitalistas ao Estado, em tal questão. O resultado de uma intervenção tentacular e multiforme do Estado, assenhorando-se das esferas da habitação, da educação, da saúde e da previdência, etc, mantendo e desenvolvendo um aparelho policial e judicial, normas legislativas, em síntese, tudo o que contribua para fixar as condições sociais de reprodução. A família é também, e de forma indissociável, o resultado de um Estado - e, de forma mais geral, de um poder político onipresente - que produz os suportes ideológicos, morais e simbólicos, reforçando a exploração e superexploração das mulheres, indiscriminadamente; permitindo ou facilitando a interiorização das normas sociais de sexo e de classe, particularmente através de um discurso que, paradoxalmente valoriza a esfera privada e o individualismo !” (COMBES; HAICAULT, 1986)

Mesmo quase uma década depois de escrito esse trabalho, quando denota-se um movimento de enxugamento das funções do Estado neoliberal, suas considerações persistem quase totalmente verdadeiras, na medida em que agora, não sendo mais (tanto) da competência do Estado a manutenção das condições da reprodução (em função da delegação de muito disso ao setor privado), na verdade, a família continua sendo constituída por influência dele e de seu sistema de idéias e representações, na medida em que devolve a ela (e à sua relação com o setor privado) a responsabilidade pela manutenção da força de trabalho. É à família que agora cabe prover tais condições

já que o Estado sucateado (propositadamente) não tem mais possibilidades para isso. E isso deve ser feito dentro do mesmo sistema de idéias que antes aceitava a tutela do Estado, passando agora a ter que aceitar a renúncia a essa tutela em nome dos déficits públicos, das condições cada vez mais difíceis de constituição e manutenção dos serviços públicos.

5. MULHERES E CRIANÇAS, MÃES E FILHOS: a visão da saúde

Num trabalho recente sobre a assistência à saúde da criança em idade escolar, Olivi constata que a família e, dentro dela, única e exclusivamente a mãe, é responsabilizada tanto pelos agravos ao processo saúde-doença das crianças como pela busca de solução para os mesmos. Isso, por parte dos três segmentos implicados na assistência a esse grupo populacional, quais sejam: os componentes da equipe de saúde, as professoras e as próprias mães que, na sua trajetória de vida, em contato com os anteriores, introjeta o discurso ideologizado e o reproduz, considerando-se ao mesmo tempo *culpada* pelos *erros* em relação aos filhos e *a única responsável* pela sua solução. (OLIVI, 1996)

No que tange à articulação entre o trabalho doméstico e extradoméstico, um estudo sobre o trabalho noturno de pessoal de enfermagem e saúde revelou a perversidade da relação entre ambos como carga para as mulheres. essa perversidade foi tamanha que justificou a autora a referir-se às mulheres estudadas como “verdadeiramente um grupo de sobreviventes”. A esse respeito, ressalta: “Ao analisar-se o trabalho das profissionais de enfermagem, fica evidente a impossibilidade de dissociação do trabalho profissional, realizado no hospital, do trabalho doméstico, no universo familiar. À pesada carga de trabalho profissional, as trabalhadoras, (...) ainda acrescentavam à sua jornada semanal, em média, 22,7 horas de trabalho doméstico, implicando, para a maioria, um esforço físico considerado moderado ou pesado.” (MENEZES, 1996)

Quanto à persistência da subalternidade das mulheres, no contexto do trabalho (incluindo o doméstico), a autora, que estudou mulheres enfermeiras e auxiliares de enfermagem, portanto, pertencentes a classes sociais diferentes, frisa: “As categorias

estudadas envolvem mulheres que, embora compartilhassem do mesmo horário de trabalho, eram provenientes de distintos estratos sócio-econômicos e certamente exibem desigualdades marcantes no que diz respeito às suas condições de vida. Aparecem aí as diferenças no acesso a adequadas condições de moradia, alimentação, transporte, entre outras. Embora pertencentes a grupos sociais tão distintos, compartilham a experiência de serem mulheres, em uma sociedade marcada por relações tradicionais de gênero, recaindo sobre elas a quase exclusiva responsabilidade sobre o cuidado da casa e dos filhos; a possibilidade de ajuda no desempenho dessas funções, estando em grande medida condicionada a uma rede de apoio de parentes, na sua quase totalidade também mulheres, ou a disponibilidade para arcar com os custos de serviços específicos” (MENEZES, 1996)

Isso também foi reconhecido pelas participantes da pesquisa que desenvolvi em 1996 (FONSECA, 1996) com enfermeiras:

** O papel da mulher - mãe, dona de casa, esposa - independe da classe social e de ter um trabalho profissional.*

Analisado na sua exterioridade, importa agora apontar o trabalho doméstico na sua interioridade. Inspirada no trabalho de Menezes, citado anteriormente, e em muitos outros aponto algumas das características mais marcantes desse trabalho, conformado com grandes contradições:

- ao mesmo tempo que é indispensável, é invisível, tornando-se visível somente na ausência;
- é tido como responsabilidade e atribuição exclusiva de mulheres, geralmente da mãe/ esposa e, na falta dessa de outra pessoa que lhe substitua, sendo executado por elas ou a seu mando. A participação dos homens ou de outras pessoas da família, quando ocorre, é limitada à *ajuda à responsável*, nunca à assunção de parte dele; em geral, é pontual, intermitente e envolve a realização de tarefas específicas;
- é distribuído durante todo o dia, sendo impossível às suas exercentes fixarem uma *jornada de trabalho doméstico*. Geralmente o tempo dispendido é o tempo livre da

mulher, no caso das que também trabalham fora de casa ou dependente dos horários fixos dos outros componentes da família, no caso das mulheres que não trabalham fora. No trabalho de Menezes, as mulheres o executavam preferentemente na ausência dos maridos e dos filhos ou nos finais de semana.

- toma tempo das mulheres no que se refere ao cuidado de si mesmas. A mulher-mãe, dona de casa, em geral, é a última pessoa com quem ela mesma se preocupa, não sendo incomum referirem, por exemplo, falta de tempo para o controle da situação de saúde, em função do acúmulo das tarefas do lar, quando não deste e do trabalho realizado fora dele.

- é monótono, repetitivo, com poucas possibilidades de ser criativo, dada a submissão às rotinas que, em geral, são estabelecidas pelas próprias mulheres, para dar conta de todas as suas atribuições. (FONSECA, 1996)

5. SUPERANDO PAPÉIS, CONSTRUINDO NOVAS IDENTIDADES: uma saída honrosa para a enfermagem.

As condições de superação dos papéis tradicionalmente imputados às mulheres têm sido exaustivamente analisadas. Para Combes e Haicault, tais possibilidades surgem a partir de 1968, quando dois temas principais situam-se na articulação produção-reprodução, “porque mostram as ligações orgânicas de tal articulação: - a alienação dos *savoir-faire*, do tempo, da iniciativa e a degradação da vida cotidiana (na produção e na reprodução) ligadas às novas formas de divisão do trabalho; - a apropriação - pelas mulheres - de seus corpos: contra o corpo-máquina, corpo-matriz, corpo-mercadoria, corpo de operária não qualificada doméstica: tema importante da luta das mulheres precisamente porque nele se exprimem, concomitantemente e num mesmo movimento, a luta de classes e a luta dos sexos;” (COMBES; HAICAULT, 1986)

Para elas, ainda, há dois outros temas que mostram essas ligações, apesar de serem de expressão mais discreta e difusa:

“- a recusa a normalizar e atomizar a família pelos dispositivos do trabalho social e da medicina, e o desejo de suprimir a ambigüidade fundamental de outras intervenções, que visam sempre ao ingresso no trabalho através do jogo da assistência;

- o questionamento da finalidade da produção e das escolhas econômicas (...); o questionamento do produtivismo e de uma moral do trabalho que lhe é pertinente” (COMBES; HAICAULT, 1986)

Uma das possibilidades concretas apontadas para a ampliação da consciência das mulheres a respeito das contradições existentes entre os papéis que lhes são imputados e a construção da identidade feminina enquanto sujeito social, estaria na profissionalização da mulher. Isso é analisado por Kartchevsky que, recusando-se a cair em tal reducionismo de *causa*, afirma: “... o fenômeno importante e relativamente novo é o que caracteriza, sem dúvida, uma relação diferente das mulheres com o trabalho em geral e com o *seu* trabalho: o trabalho passa a ser um local de tomada de consciência mais ampla de uma opressão que não depende apenas de sua *vida privada*. O debate subjacente às lutas e reivindicações coloca em pauta não somente o problema da articulação entre vida familiar e vida profissional (questionando, de algum modo, a divisão tradicional do trabalho), mas discute também mais globalmente a organização social da vida cotidiana (instalações pelo uso coletivo, como creches, por exemplo) e descompartmenta os problemas da ordem privada para transformá-los em questões públicas, coletivas, a serem tratadas enquanto tais, na arena política e sindical (contracepção, aborto, creches); essas reivindicações, essas lutas, são capazes de modificar a natureza e o *código* do mundo do trabalho.” (KARTCHEVSKY, 1986)

Quanto à forma, é no âmbito da educação em saúde que pode se dar a ação da enfermagem para garantir às mulheres a superação dos papéis e conseqüentemente a construção de novas identidades.

Na história da intervenção no processo saúde-doença da população através da educação em saúde, observa-se que as concepções que a embasam são compatíveis com as diferentes estruturações dos modelos tecnológicos de saúde. Assim, a educação em saúde subjacente ao modelo funcionalista estruturou-se enfatizando a divulgação de informações sobre práticas higiênicas e alimentares, através de

almanaques populares e outros veículos informativos que incluíam cuidados sobre os principais agravos da população. (CHIESA, 1994)

A despeito de transformações históricas importantes na concepção de saúde-doença, prevalece ainda hegemônica a visão funcionalista. A interpretação vigente na atualidade baseia-se na História Natural da Doença concebida por Leavell e Clark, através do estabelecimento de níveis de prevenção. "A educação para a saúde aparece em todos os níveis de prevenção, destacando-se na prevenção primária, onde foi incluída como uma das importantes medidas de promoção da saúde e de prevenção de doenças. É considerada como um processo individual de formação ou mudança de conduta, com base em valores culturalmente dominantes." (OSHIRO apud CHIESA, 1994)

No entanto, o que prevalece subjacente a esta visão é o caráter coercitivo e autoritário das práticas educativas de um modo geral, apesar da intencionalidade expressa de difusão de informações com vistas à melhoria da qualidade de vida da população. O importante é notar que esta maneira de agir do sistema de saúde advém de uma visão fragmentada da realidade na qual o processo saúde-doença é visto como desvinculado das determinações mais gerais e amplas de estruturação e organização social.

Com o advento de outras formas de concepção do processo saúde-doença, embasadas na visão materialista histórica e dialética, foram sendo concebidas novas formas da educação para a saúde, já não mais como forma de dominação, mas assumindo a perspectiva de possibilitar uma compreensão não fragmentada da realidade, caracterizando-se como uma ação pedagógica conscientizadora. "Esta visão de educação em saúde contrapõe-se à tradicional hegemônica, do papel da Educação como exercício de dominação. Identificando-se com os pressupostos mais gerais da vertente emancipatória da educação, há que se ressaltar a contribuição da tendência crítico-social dos conteúdos, pensando-se na atuação junto à área da saúde, onde técnico e população partem de uma desigualdade de informações e conhecimentos acerca dos conteúdos para, através do processo educativo, interagirem e recriarem o conhecimento." (CHIESA, 1994)

“Trata-se mais de ‘desmontar’ a educação do que estabelecer novos princípios normativos. Não importa apenas refletir sobre as contradições que emergem das relações, mas revelar o próprio movimento dos sujeitos, de forma que cada situação possa ser percebida enquanto totalidade.” (XAVIER, 1989)

Nesse desmonte, a figura central é o empoderamento (*empowerment*). Esse conceito tem sido muito utilizado na Saúde Pública a partir do seu oposto *powerlessness* na medida em que o foco principal da ação recai sobre o processo de mudança da auto percepção do indivíduo, deixando de lado, muitas vezes, o aspecto social da vivência. Assim, foi utilizado até como forma de culpabilização das pessoas pela falta de habilidades para modificar suas condições de vida. A definição de empowerment proposta por WALLERSTEIN (1994) remete a uma dimensão mais abrangente na qual os indivíduos ampliam o controle sobre suas vidas no contexto da participação em grupos visando as transformações na realidade social e política em que vivem. “The goals of an empowerment social action process, therefore, are individual and community capacity building, control over life decisions, equity of resources and improved quality of life”(WALLERSTEIN; 1994)

Tais processos distinguem-se da abordagem tradicional de mudança de comportamento pois destacam a necessidade de se ampliar o âmbito da ação para que contemplem as dimensões singular (relativa à subjetividade, expressa como auto-estima, motivação), particular (relativa ao grupo social no grupo ao qual se insere a pessoa) e estrutural (relativa à estrutura política, jurídica e ideológica).

A utilização desse conceito para o trabalho em saúde baseia-se na visão de que os perfis epidemiológicos se diferenciam de acordo com as condições de vida, assumindo importância também a falta de controle dos indivíduos sobre as suas vidas. A promoção e a educação à saúde se configuram como instrumentos para capacitar os indivíduos a aumentar o controle sobre os determinantes da saúde. Referem-se portanto, às transformações nas relações de poder que se estabelecem na sociedade. No caso da ação junto aos trabalhadores implica reconhecer que as condições de trabalho se diferenciam de acordo com o grau de controle que os trabalhadores têm no processo de trabalho. Assim, a intervenção visa aumentar o espaço para o exercício do poder tanto individual como coletivo, entendendo-se individual e coletivo não como

polos opostos mas, em contraposição mas sua relação dinâmica que se estabelece entre eles.

Dessa maneira acredito que estaremos propiciando relações mais justas e democráticas de trabalho onde trabalhador de saúde e clientela têm garantidos inclusive seus direitos em relação ao uso do próprio corpo uma vez que esse, em geral expropriado do sujeito, transforma-se em terra de ninguém. É isso que queremos ?

BIBLIOGRAFIA

BADINTER, E. *O mito do amor materno*. São Paulo, 1984.

CHAUÍ, M. De alianças, atrasos e intelectuais. A Folha de São Paulo, 24 de abril de 1994, p.6-9.

CHIESA, A.M. *O uso de estratégias participativas para o conhecimento das representações sociais de mulheres da Região de Pirituba/Perus com resultado Classe III de Papanicolaou*. São Paulo, 1994. 160 p. (Dissertação - Mestrado). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

COMBES, D.; HAICAULT, M. Relações sociais de sexo e de classes. In: KARTCHEVSKY, A. P.B.et al *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p.23-43

FONSECA, R.M.G.S. da *Mulheres e enfermagem: uma construção generificada do saber*. São Paulo, 1996. Tese (Livre Docência). Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.

FOX-GENOVESE, E. Para além da irmandade. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v.3, n.0, p.31-56, 1992. (Tradução de Vera Pereira)

HELLER, A. Sobre os papéis sociais. In: _____ *O cotidiano e a história*. São Paulo, Paz e Terra, 1992. p.87-109.

KARTCHEVSKY, A. P. B. Trabalho feminino, trabalho das mulheres,: forças em jogo nas abordagens dos especialistas. In: KARTCHEVSKY, A. P.B. et al *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p.13-22

LEITE, M.C.L. *Mulheres: muito além do teto de vidro*. São Paulo, Atlas, 1994. 270p.

- MATOS, M.I.S. Experiências femininas: o público, o privado e o íntimo./ Apresentado ao Encontro Enfoques Feministas e Tradições Disciplinares na Ciência e na Academia: Desafios e Perspectivas. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 16 a 19 de agosto de 1994. / mimeografado
- MENEZES, G.M.S. *Trabalho noturno e saúde: um estudo com profissionais de enfermagem de um hospital público em Salvador, Bahia*. Salvador, 1996. 156p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia.
- MOLINEAUX, M. Movilización sin emancipación ? Los intereses de la mujer, Estado y revolución en Nicaragua. *Desarrollo y Sociedad*, n.18, p. 178-95, 1984
- MURARO, R.M. *A mulher no terceiro milênio: uma história da mulher através dos temps e suas perspectivas para o futuro*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992. 205 p.
- MURARO, R.M. A repressão dos valores femininos no mundo e na Igreja - pontos para uma reflexão teológica. In: RIBEIRO, H. (coord) *Mulher e dignidade: dos mitos à libertação*. São Paulo, Paulinas, 1989 (Série Teologia em Diálogo)
- OLIVI, M.L. *A mãe sob suspeita: a compreensão da assistência à saúde do escolar através do estudo dialético das concepções dos envolvidos*. São Paulo, 1996. 240p. Tese (Doutorado), Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.
- WALLERSTEIN, N. Empowerment education applied to youth. In: MATTIELLA, A.C. *The multicultural challenge in health education*. Santa Cruz, Califórnia, ETR Associates Publishers, 1994. p.153-76.
- XAVIER, D.; ÁVILA, M.B.; CORRÊA, S. Questões feministas para a ordem médica: o feminismo e o conceito de saúde integral. In: LABRA, M.E.(org) *Mulher, saúde e sociedade no Brasil*. Coleção Saúde e realidade brasileira. Petrópolis, Vozes, 1989.